

- LEITE, José Ferrari. **A Ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: Hucitec, 1998.
- MARTIN, Nelson B. *O poder local e o desenvolvimento rural*. In: **Revista Informações Econômicas**. Vol. 23, nº 12, Dez./93. São Paulo: IEA, 1993. p. 27-35.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.
- MÜLLER, Geraldo. **Complexo Agroindustrial e Modernização Agrária**. São Paulo: HUCITEC: EDUC, 1989.
- PRADO JR. Caio. **A Questão Agrária no Brasil**. Brasiliense, 1978.
- ROCHA, Marina B. *Agricultura, política de garantia de preços mínimos e planos de estabilização na década de 90*. In: **Revista Agricultura em São Paulo**. Vol. 44. Tomo 1. São Paulo: IEA, 1997. p. 27-50.
- SILVA, Hélio et all.. *Proposta metodológica para a elaboração de zoneamento agrícola nos municípios do noroeste paulista*. In: **IV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**. Salvador, Abril, 1996. P. 1-7.
- SILVEIRA, Fátima Rotundo da. **A recriação capitalista do Campesinato: um estudo sobre o campesinato na região de Presidente Prudente**. Tese de Doutorado. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas: USP, 1990.
- SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**. Guanabara, Rio de Janeiro 2ª ed., 1986.
- TOLEDO JÚNIOR, Flávio C. de. *O município e o desenvolvimento rural*. In: **Revista CEPAM**. São Paulo: CEPAM. Ano I, Nº 3, Jul./Set. 1990. (Fundação Prefeito Faria Lima). P. 19-24.

A LUTA PELA TERRA NO PONTAL DO PARANAPANEMA

Bernardo Mançano FERNANDES¹
Cristiane Barbosa RAMALHO²

Resumo: Neste texto apresentamos um breve estudo a respeito da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Recuperamos a história da grilagem de terras da região e analisamos as ocupações de terras ocorridas na década de 90. Estudamos o Pontal, tomando como referência às transformações recentes causadas pela implantação dos assentamentos rurais, frutos das ocupações de terras.

Apresentamos também um conjunto de dados a respeito das ocupações e dos assentamentos rurais no Pontal, resultado das pesquisas realizadas no DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. O nosso objetivo com esse texto é contribuir com a atualização da leitura sobre a questão agrária na região do Pontal.

Palavras-chave: Ocupação – grilagem – assentamentos – MST – Pontal do Paranapanema

Introdução

Na década de noventa, no campo brasileiro, as ocupações de terra cresceram numa proporção nunca vista na história da questão agrária. Em 1991 aconteceram 81 ocupações com 11.297 famílias, em 1998 foram realizadas 599 ocupações com 76.482 (CPT, 1999). O Pontal do Paranapanema tornou-se uma das regiões de maior destaque na luta pela terra dessa década, com 150 ocupações. Neste texto apresentamos um breve estudo a respeito da luta pela terra no Pontal do Paranapanema. Recuperamos a história da grilagem de terras da região e analisamos as ocupações de terras ocorridas na década de 90. O nosso objetivo com esse texto é contribuir com a atualização da leitura sobre a questão agrária na região do Pontal.

1 - Hoje e ontem.

No dia 25 de julho de 2.000, os sem-terra organizaram uma manifestação inédita na luta pela terra: ocuparam o Fórum do município de

¹ - Geógrafo e Professor Assistente Doutor do Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: bmf@prudente.unesp.br

² - Mestranda no Curso de Pós – Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP/Presidente Prudente. E-mail: ramalho@prudente.unesp.br

Teodoro Sampaio. Na década de 1990, o Poder Judiciário tornou-se uma “cerca” aos projetos de implantação de assentamentos rurais. Dessa forma, a ocupação do Fórum representa uma nova forma de enfretamento dos trabalhadores rurais contra o Estado, que tem conduzido a questão agrária de acordo com as ações dos trabalhadores. Neste texto analisamos alguns exemplos do processo de judicialização da luta pela terra no contexto da histórica questão agrária do Pontal do Paranapanema.

A fazenda Nova Pontal, localizada no município de Rosana, foi reocupada pelo MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra no dia 18 de fevereiro de 1998. No momento da reocupação, no ITESP - Instituto de Terras do Estado de São Paulo - realizava-se um acordo para a desapropriação de 60% da fazenda, que está localizada em uma área declarada devoluta, em primeira instância do processo jurídico, desde julho de 1992. O acordo previa a aquisição da outra parte, já que seus proprietários tinham interesse em negociá-la. Esse fato é decorrência da histórica luta pela terra no Pontal do Paranapanema.

Em 14 de julho de 1990, o MST realizou sua primeira ocupação nessas terras. Naquele dia, 700 famílias ocuparam pela primeira vez a Nova Pontal e foram despejadas. Começava aí uma nova fase da luta pelas terras griladas do Pontal que dura mais de 110 anos. A chegada do MST na região iniciou a territorialização da luta (Fernandes, 1996), que transformou o Pontal do Paranapanema numa das regiões com maior número de ocupações e famílias, como pode ser observado nos quadros 1 e 2 para os anos de 1996 e 1998.

Quadro 1
1996 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E FAMÍLIAS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO
Participação do Pontal do Paranapanema

ESTADOS (REGIÃO)	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS
PERNAMBUCO	40	5.433
SÃO PAULO	38	6.326
PARANÁ	37	6.952
BAHIA	35	6.135
PARÁ	33	5.215
RIO GRANDE DO NORTE	29	2.524
MATO GROSSO DO SUL	25	3.489
(PONTAL DO PARANAPANEMA)	25	3.887
MINAS GERAIS	25	1.371
GOIÁS	24	2.314
MATO GROSSO	17	3.888
SERGIPE	14	2.043
PARAÍBA	12	1.326
SANTA CATARINA	11	1.945
MARANHÃO	09	2.460

Fontes: Comissão Pastoral da Terra - 1997; DATALUTA, 2.000.

Quadro 2
1998 - NÚMERO DE OCUPAÇÕES E NÚMERO DE FAMÍLIAS POR ESTADO DA FEDERAÇÃO

Participação do Pontal do Paranapanema

ESTADOS (REGIÃO)	Nº DE OCUPAÇÕES	Nº DE FAMÍLIAS
PERNAMBUCO	122	13.961
MATO GROSSO DO SUL	67	11.294
SÃO PAULO	78	6.213
PARANÁ	60	5.868
RIO GRANDE DO SUL	11	5.045
PARÁ	15	4.830
ALAGOAS	21	4.491
BAHIA	40	4.043
MINAS GERAIS	45	2.791
(PONTAL DO PARANAPANEMA)	41	2.481
SANTA CATARINA	24	2.331
PARAÍBA	19	2.286
GOIÁS	17	2.056
AMAZONIAS	01	1.800
SERGIPE	06	1.758

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - 1999; DATALUTA, 2.000.

A história da ocupação e da grilagem das terras do Pontal está registrada na trilogia produzida pelos geógrafos Pierre Monbeig, (1984); Antônio Cláudio Branco Vasques, (1973) e por José Ferrari Leite, (1981).

Em meados de 1886, foram apresentados ao juiz do município de Campos Novos do Paranapanema, hoje Assis, os requerimentos de legitimação das fazendas Boa Esperança do Aguapeí (872.200 ha) e Pirapó-Santo Anastácio (583.100 ha). O primeiro foi julgado imprestável em 1889 e o segundo em 1890. A Pirapó-Santo Anastácio e parte da Boa Esperança do Aguapeí vieram a conformar o território do que se tornou conhecido como Pontal do Paranapanema. A razão da nulidade dos documentos refere-se ao processo de grilagem datado de 1856. Nesse haviam imprecisões dos perímetros e foram considerados imprestáveis, além das imprecisões jurídicas inerentes aos processos de grilagem.

A divisão das terras griladas continuou, sem encontrar nenhum obstáculo. A Pirapó-Santo Anastácio foi retalhada, acumulando dezenas de processos jurídicos, tornando-se um *complexo grilento*. Na década de 1950, os grilos do Pontal perdiam-se nos labirintos de divisores de água e ribeirões inexistentes na realidade e presentes nos falsos documentos. Ainda nessa década, mais provas documentais incontestáveis vieram somar-se aos processos: a principal era o documento da perícia gráfica, que comprovava a falsificação da assinatura do padre que havia registrado a posse da Pirapó-Santo Anastácio, e a sua firma foi reconhecida 30 anos após a sua morte.

Nesse ponto é preciso distinguir a relação dos fatos. A grilagem aconteceu em meados da década de 1880, com a falsificação da assinatura para o ano de 1856, com declarações que havia residências nas posses³. Ora, esse ano era o último momento que os possuidores de terras tinham para registrar as suas posses, de acordo com a Lei nº 601 de 1850 - a Lei de Terras. As terras não registradas foram consideradas devolutas. Portanto, os grilos com essas características remetiam-se a datas anteriores a 1856, no caso do registro da posse e para antes de 1850 com relação à posse da Terra. Foi assim que, desde esse tempo, iniciara a indústria da falsificação de títulos de propriedades, sempre com datas anteriores ao que exigia a Lei, quase sempre por meio da corrupção dos escrivães.

Na década de 1940, o governador Fernando Costa iniciou o processo de criação das reservas florestais do Pontal do Paranapanema⁴. A medida procurava reaver as terras devolutas para proteger a fauna e a flora da mata Pluvial-Tropical. A área do Pontal foi dividida em perímetros para o desenvolvimento de ações discriminatórias das terras. Em 1945, o Instituto Florestal constatou que 97% da Grande Reserva do Pontal estava preservada. Contudo, nem com a criação das reservas o Estado conseguiu impedir o desenvolvimento do *complexo grilento* e nem mesmo alcançou seu objetivo de manter as reservas florestais, com exceção do Morro do Diabo, em Teodoro Sampaio. Destruir as matas, por meio da retirada de madeiras de lei, queimadas e depois transformar em pastagens, foi a maneira utilizada pelos grileiros para garantir o domínio sobre as terras. O poder político do coronelismo garantiu essa forma de ocupação do Pontal do Paranapanema.

As áreas das três reservas eram partes do município de Presidente Venceslau⁵, onde começou a devastação das reservas para a abertura das grandes fazendas. A venda de madeira garantia a acumulação inicial, com a qual os grileiros iriam constituir as "suas" fazendas. Para realizar o trabalho de derrubada, os grileiros⁶ incentivaram a migração de

³ - Vale lembrar o tamanho das posses: 238.000 alqueires da Pirapó - Santo Anastácio, ou seja 583.100 ha, e 356.000 alqueires para a Boa Esperança do Aguapeí, ou seja 872.200 ha. Na realidade, essas terras estavam ocupadas por indígenas.

⁴ - A saber, foram três as reservas: Morro do Diabo, de 37.156 ha, Lagoa São Paulo, de 13.343 ha. e Grande Reserva do Pontal, de 246.840 ha.

⁵ - Na época o território do município compreendia uma área de 6.620 km². Desde a década de 1940 esse território vem sendo fragmentado. Foram formados novos municípios, sendo: Pres. Epitácio, Piquerobi, Caiuá, Marabá Paulista, Teodoro Sampaio, Euclides da Cunha Paulista e Rosana.

⁶ - Para o conhecimento detalhado desses personagens, ver Vasques, 1973 e Leite, 1981.

famílias para a região. Entre 1940 e 1950 a população rural desse município quase que dobrou, passando de 17.595 para 34.058 habitantes⁷. Os trabalhadores embrenhavam-se nas matas, faziam suas roças, derrubavam as árvores, preparavam o pasto e eram obrigados a entregar as terras ao grileiro, quando não tinham, ainda, que pagar arrendamento. Parafrazeando José de Souza Martins, *não eram os grileiros que pagavam aos trabalhadores pela formação das fazendas. Eram os trabalhadores que entregavam as fazendas aos grileiros, para poderem usar essas mesmas terras para sobreviver. Além de controlarem a produção de fazendas, os grileiros produziram um exército de miseráveis*.⁸ Evidente que esse processo enriqueceu os grileiros e levou à miséria as famílias sem-terra que viviam na região. Essa situação gerou inúmeros conflitos. Na luta pela terra, os sem-terra que resistiam e os posseiros foram expulsos por jagunços e também pela polícia. Eram os "quebra - milhos" - pistoleiros contratados para matar e destruir as roças. Nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta, muitos sem-terra e posseiros foram mortos nos conflitos por terra na região. Desse modo, os grileiros venceram todas as batalhas na ocupação do território do Pontal.

Na década de 70, o que restara das matas fora destruído por aviões agrícolas, que pulverizaram herbicidas que continha "o famigerado desfolhante laranja, tão usado sobre as matas do Vietnã"⁹.

Foram as ações dos movimentos sociais sem-terra que, em meados da década de oitenta, pressionaram o Estado para a retomada da política de reaver as terras devolutas do Pontal. O crescimento dos conflitos era registrado com as famílias acampando nas margens das rodovias numa demonstração que a luta pelas terras devolutas do Pontal perseverava. Com o apoio de políticos populistas locais, as famílias conseguiram algumas vitórias. Da mesma forma, a consolidação do grilo era uma realidade. Concededores da morosidade do trâmite jurídico das Ações Discriminatórias, necessárias para a execução dos processos, os grileiros resistiram. Iniciou-se um processo de negociação, em que o Estado reavia não somente uma quarta parte dos grilos para o assentamento das famílias e regularizava a maior parte. As matas foram destruídas, o fórum de Pres. Venceslau foi incendiado e as pastagens predominaram, assim como o poder político dos grileiros, que não entregariam as terras devolutas para o seu verdadeiro proprietário: o Estado. Desse modo, os custos da destruição das reservas florestais ficaram por conta da sociedade, e o lucro da venda das

⁷ - Leite, 1981, p. 70.

⁸ - Martins, 1986, p.p. 68 e 74.

⁹ - *Ibidem*, p. 219.

madeiras, da exploração das terras por dezenas de anos ficou com os grileiros.

2 - Hoje e amanhã.

Até julho de 1990, os movimentos sociais existentes no Pontal eram movimentos isolados, tinham sua base social e seu território em um determinado município. O que marca a nova fase da luta pela terra do Pontal é a chegada de um movimento socioterritorial. Na época, o MST já realizava ocupações em 17 estados da federação¹⁰. Era uma nova força política que passava a participar de uma luta secular.

O conflito fundiário é uma questão sóciopolítica inerente a um território que possui concentração fundiária. As soluções são conseguidas por meio de negociações que relacionam as forças participantes.

A história recente da luta pelas terras do Pontal tem dois momentos distintos. O primeiro iniciou com a chegada do MST na região (1990), que intensificou a luta por meio das ocupações e dos enfrentamentos, e terminou no início do governo Covas (1995), quando a Secretaria da Justiça e de Defesa da Cidadania passou a agir para regularizar as terras devolutas e implantar assentamentos fundiários. Nesse primeiro momento, no enfrentamento havia duas forças políticas: os sem-terra e os fazendeiros-grileiros que participavam ativamente e o Estado era uma instituição letárgica.

O segundo momento teve início com a entrada do Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP nesse cenário político. Nesse momento, a questão da terra foi agilizada e os conflitos de até quatro anos passaram a ser resolvidos. Evidente que a entrada de mais um sujeito no enfrentamento resultou em novos conflitos. Agora tínhamos três forças: o MST, os "proprietários" e o Estado, representado pelo ITESP. Desde então, durante os enfrentamentos, surgiram diversos discursos e diferentes propostas para a resolução dos conflitos. O ITESP apresentou sua proposta para resolução dos conflitos, regularização fundiária e implantação de assentamentos. Todavia, os processos jurídicos barra a agilidade do Instituto, que procura formas alternativas de desentranhar o grilo. O MST não concorda com alguns pontos da proposta, como por exemplo, a arrecadação de somente 30% das áreas das fazendas e confronto com o ITESP, que tem que negociar em duas frentes. Os fazendeiros-grileiros, autodenominados "proprietários", resistiam, em certa medida, procurando a melhor forma de

¹⁰ - Em 2.000, o MST está organizado em 22 estados e no Distrito Federal. Somente em quatro estados do Norte: Acre, Amazonas, Amapá e Roraima, o MST ainda não se territorializou.

negociarem as terras. Assim produziu-se um enfrentamento em que, embora se desenvolvesse em direção à solução por meio das negociações, diferentes situações se materializavam na conjunção de partes dos interesses das forças políticas participantes.

Desse modo, os avanços e os recuos da luta pela terra no Pontal do Paranapanema foram determinados por duas ações, sendo que a primeira levou à segunda: as ocupações pressionaram o Estado, que retomou as ações discriminatórias. As ações do MST na região foram determinantes para o desentranhamento do complexo grilento. O governo Fleury não resistiu às pressões e no final de seu mandato negociou a compra de duas áreas no município de Mirante do Paranapanema, depois que o MST realizou 36 ocupações¹¹. A determinação das ocupações para o avanço da luta está expressa nos resultados alcançados (ver quadros 3 e 4). Em todo o Brasil, e o Pontal é um exemplo, as ocupações geraram as condições concretas para a implantação de uma política de assentamentos por parte do Estado. É impossível compreendermos o momento histórico recente da luta pela terra, se ignorarmos a reflexão fundamental do significado das ocupações.

Na luta pela terra, as ocupações iniciam e determinam o processo de resolução dos conflitos. Todavia, a ocupação contém o sentido da contingência. A eventualidade do conflito pode gerar violência e resistência. O Estado é a instituição competente para superar o conflito. Todavia, os poderes constitutivos do Estado são compostos por diferentes forças políticas e o governo Covas possui as suas diferenças internas. O avanço das negociações dependia do poder de negociação das forças. Assim, as ocupações serviam para pressionar e agilizar a negociação entre as outras partes. Da mesma forma, a contratação de jagunços, pelos fazendeiros-grileiros, também servia para barrar o avanço dos sem-terra e colocar condições de negociação para o Estado. Essas são as circunstâncias e o conflito é a condição política geradora da negociação. O acampamento significa a permanência de uma condição material oferecida, pelos movimentos sociais, como referência da emergência da reforma agrária. No Pontal, somente em alguns momentos em que o ITESP agilizou as negociações com os "proprietários" e apresentou às famílias acampadas, áreas para a implantação de assentamentos, é que se aproximou da possibilidade de amenizar os conflitos.

A intensificação das ações do MST e a agilização do desentranhamento do complexo grilento pelo ITESP reacenderam as forças

¹¹ - Fonte: DATALUTA PONTAL, 2000. NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Departamento de Geografia, FCT/UNESP, campus de Presidente Prudente.

reacionárias históricas do Pontal, que fizeram a União Democrática Ruralista - UDR renascer das próprias cinzas¹². Essa oligarquia histórica havia, até aquele momento, impedido que o Estado recuperasse as suas terras. Mas, agora, a conjuntura política apresentava condições favoráveis aos "proprietários" que propiciava a negociação para que o governo resolvesse os conflitos do Pontal.

Quadro 3 – Ocupações de terras no Pontal do Paranapanema / SP 1990 – 1999

ANO DAS OCUPAÇÕES	NÚMERO DE OCUPAÇÕES
1990	01
1991	04
1992	09
1993	14
1994	14
1995	11
1996	25
1997	12
1998	41
1999	19
TOTAL	150

Fonte: DATALUTA – PONTAL, 2.000.

Quadro 4 – Assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema / SP -1984 - 1999

ANO DOS ASSENTAMENTOS	NÚMERO DE ASSENTAMENTOS
1984	01
1988	02
1990	01
1991	01
1992	01
1994	02
1995	09
1996	23
1997	09
1998	18
1999	06
TOTAL	73

Fonte: DATALUTA – PONTAL, 2.000.

¹² - A UDR é uma das entidades mais reacionárias e violentas do campo brasileiro. Foi extinta em 1994 e recriada em 1996.

O fator principal dessa conjuntura é que o preço da terra baixara em quase todo o território nacional. No Estado de São Paulo, de 1994 a 1996, o preço da terra caiu 35%¹³. São diversos os fatores que explicam essa crise do mercado de terras. Dois fatores interativos são: as mudanças recentes na economia nacional diminuíram o processo inflacionário. Até então, a terra sempre foi um investimento seguro, que valorizava acima da inflação, servindo à especulação como reserva de valor e de controle político. Em tempo recente serviu igualmente para acesso a crédito subsidiado para a agropecuária, que financiava a compra ou a grilagem de mais terras; Por outro lado, nos últimos anos, a territorialização da luta pela terra e da luta pela reforma agrária, especialmente pelo MST, tem aumentado o número de conflitos e, portanto, representam um temor, já que tem resultado em um conjunto de ações para a implantação de projetos de assentamentos. Deste conjunto de ações podemos citar: a mudança do Imposto Territorial Rural, que desde o Estatuto da Terra deveria servir para tributar os latifúndios. Em todo esse tempo foi manipulado e, até hoje, teve apenas um significado simbólico para os grandes proprietários, que mesmo assim são os maiores sonegadores. Mas, sempre foi pago pelos pequenos proprietários. O aumento do valor das alíquotas para cálculo do ITR dos latifúndios, se aplicado, poderá inviabilizar a sua manutenção; A Lei do Rito Sumário que pode agilizar as desapropriações e a perspectiva de revisão do GUT (Grau de Utilização da Terra) e o GEE (Grau de Eficiência na Exploração) alarmou os principais setores ruralistas, especialmente a União Democrática Ruralista, a Sociedade Rural Brasileira e a Confederação Nacional da Agricultura. Frente a saturação da questão agrária, os latifundiários procuram meios para lucrar com a problemática.

No período de 1991 a 1995, o MST ocupou as terras do município de Mirante do Paranapanema. Foram 54 ocupações em 16 fazendas. Em 1996 foram 25 ocupações. A intensificação das ações do MST resultou no processo de *judicialização* da luta pela terra¹⁴. De outubro de 1995 a setembro de 1996, muitos trabalhadores foram presos, acusados de formação de bando e quadrilha. Os processos judiciais chegavam até o Supremo Tribunal de Justiça, onde as prisões eram revogadas. Todos esses fatos associados à questão do Pontal do Paranapanema, representa o desenraizamento do maior grilo conhecido do estado. Isso chamou a atenção da mídia, que transformou a região em uma das principais referências da questão agrária brasileira. A região foi visitada por jornalistas das principais publicações periódicas do País, bem como de profissionais dos

¹³ - Conforme Cardoso, 1997.

¹⁴ - A respeito ver Fernandes, 1997.

EUA, da Europa e do Japão. A questão tornou-se ainda mais popular com a novela "Rei do Gado", em que alguns dos principais personagens tinham como referência José Rainha e Deolinda: duas lideranças do MST na luta pela terra no Pontal.

O governo federal, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA - também participou das negociações. Financiou com dinheiro e com os Títulos da Dívida Agrária - TDAs - o pagamento das benfeitorias. Essa atitude é correspondente à política do governo federal para amenizar os conflitos fundiários e para implantar assentamentos rurais.

Essa política do Estado propiciou a resolução dos conflitos no município de Mirante do Paranapanema. O MST continuou a sua territorialização, realizando ocupações em outros municípios. No final de 1995 começou a ocupar no município de Sandovalina. Desde 1996, o MST vem realizando ocupações em Presidente Venceslau, Rosana e Euclides da Cunha. Nos últimos dois anos, o Movimento também ocupou terras nos municípios de Presidente Bernardes, Marabá Paulista, Ribeirão dos Índios, Piquerobi, Caiuá, Presidente Prudente e Teodoro Sampaio. Em seis anos o MST territorializou-se por quase toda a região. No desdobramento da luta, criou a COOCAMP - Cooperativa de Comercialização do Pontal - com sede em Teodoro Sampaio, com 1.700 famílias cooperadas. A luta pela terra proporcionou um conjunto de vitórias que resultou na conquista de 121.449 ha., beneficiando 4.887 famílias até 1999 (Ver quadros 5 e 6).

Quadro 5 - Área em hectares dos assentamentos do Pontal do Paranapanema / SP - 1984 - 1999

ANO	ÁREA EM HECTARES
1984	13.311
1988	6.090
1990	800
1991	665
1992	866
1994	5.934
1995	11.902
1996	33.443
1997	11.840
1998	26.482
1999	10.116
TOTAL	121.449

Fonte: DATALUTA - PONTAL, 2.000.

Quadro 6 - Número de famílias assentadas no Pontal do Paranapanema /

SP - 1984 - 1999

ANO	NÚMERO DE FAMÍLIAS
1984	572
1988	208
1990	51
1991	36
1992	99
1994	231
1995	462
1996	1.389
1997	532
1998	867
1999	440
TOTAL	4.887

Fonte: DATALUTA - PONTAL, 2.000.

Desde 1995, os movimentos sociais isolados reapareceram, fomentados pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, por oportunistas: pessoas que nunca tiveram participação em lutas populares e não possuem reconhecimento e nem apoio político; por membros expulsos do MST e por dissensão com o MST. Surgiram movimentos em quase todo o Pontal, estendendo o número de sujeitos participantes da luta pela terra (ver quadro 7). Esses movimentos sociais localizados possuem ação limitada e estão presos a relações de dependência e clientelista junto a prefeitos e outros políticos da região, que procuram quebrar a hegemonia do MST no Pontal. O populismo é, quase sempre, uma característica desses movimentos. É a recuperação de uma prática existente na década de oitenta, quando políticos locais controlavam os movimentos sociais.

Todas as lutas e a ação do ITESP transformaram a realidade do Pontal do Paranapanema. Uma característica é a diminuição do decréscimo da população rural na região (ver gráfico 1), que passou de 1,4% ao ano para 0,6% ao ano. Nos municípios em que a luta aconteceu com maior intensidade, ocorreu a diminuição da população urbana e o aumento da população rural, como por exemplo: Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio¹⁵ (ver gráficos 2 e 3). Um outro exemplo, que representa o significativo aumento da população rural, é apresentado por Bergamasco,

¹⁵ - O município de Teodoro Sampaio foi dividido no início da década de 1990, quando foram emancipados os municípios de Rosana e Euclides da Cunha. Para efeito de comparação, para os anos de 1991 e 1996, trabalhamos com dados populacionais agregados desses três municípios.

(1997, p. 41) por meio da ampliação do número de domicílios rurais nesses municípios. Em Mirante do Paranapanema, o número de domicílios rurais existentes em 1991 era 1.003. Conforme o I Censo da Reforma agrária, até 1996, foram assentadas 1.175 famílias nesse município. Este número mais do que duplica os domicílios rurais. Ou então, no município de Presidente Venceslau que possuía, em 1991, somente 4,8% de sua população rural vivendo em 480 domicílios rurais. O mesmo Censo registrou o assentamento de 409 famílias, aumentando consideravelmente a população rural desse município.

Quadro 7 - Movimentos Sociais isolados - Pontal Do Paranapanema

NOME	MUNICÍPIO	INÍCIO
Movimento Sem-Terra de Rosana	Rosana	1995
Brasileiros Unidos Querendo Terra	Pres. Epitácio	1996
Movimento Esperança Viva*	Mirante do Paranapanema	1996
Movimento da Paz	Regente Feijó	1997
Movimento Terra Brasil**	Pres. Venceslau	1997
Movimento Unidos pela Paz	Tarabai	1997
Movimento da Paz Sem-Terra***	Taciba	1997
Movimento Terra e Pão	Santo Anastácio	1997
Movimento Sem-Terra do Pontal	Teodoro Sampaio	1998
Movimento Terra da Esperança***	Pres. Bernardes	1998

Pesquisa e organização dos dados: Bernardo Mançano Fernandes.

*Dissensão do MST - **Dissensão do Brasileiros Unidos Querem Terra. - ***Dissensão do Movimento Unidos Pela Paz

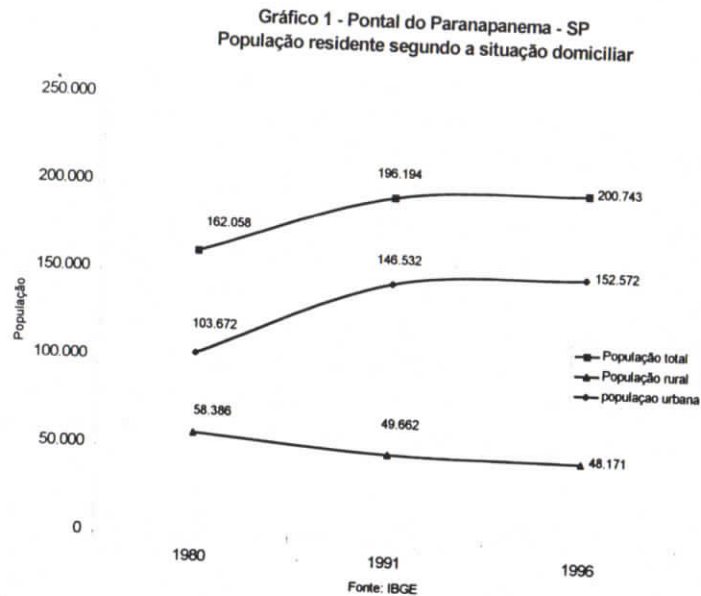


Gráfico 2 - Mirante do Paranapanema - SP
População residente segundo a situação da unidade domiciliar 1980 - 1996

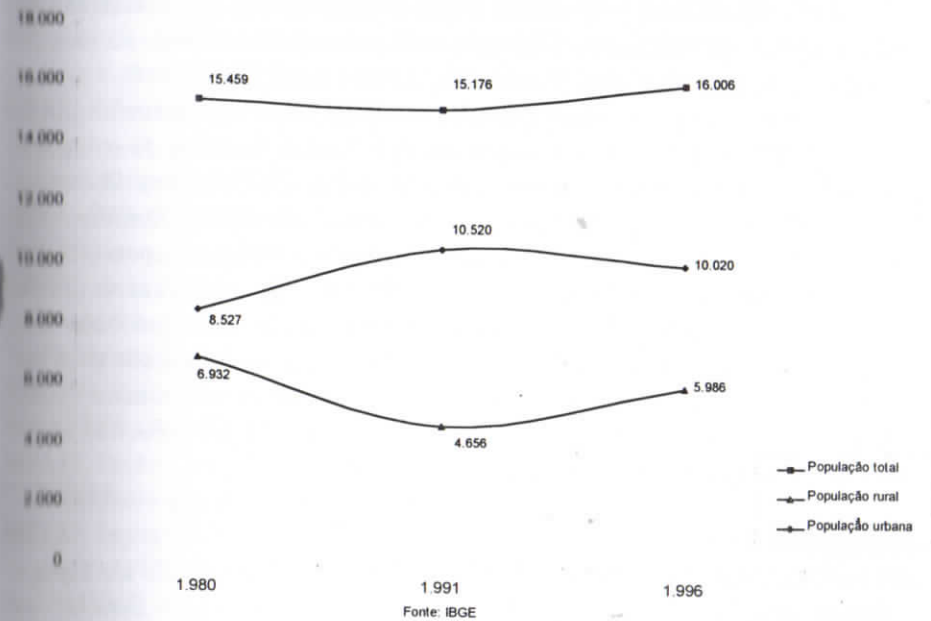
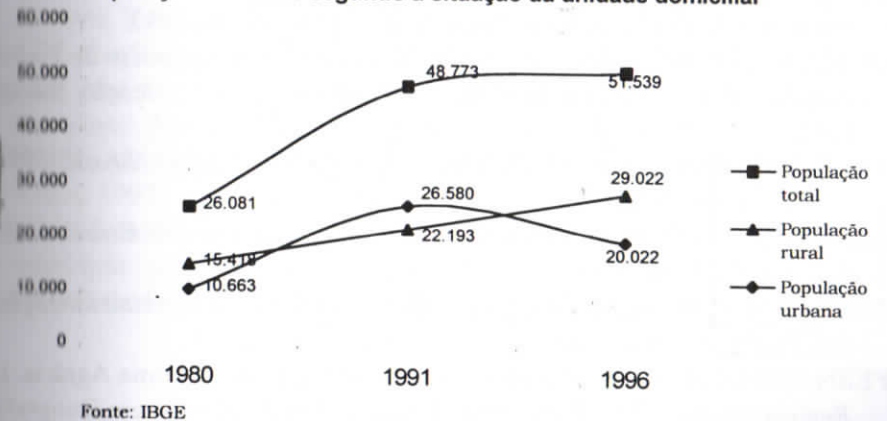


Gráfico 3 - Teodoro Sampaio - SP
População residente segundo a situação da unidade domiciliar



Esse processo reforça o papel da agricultura familiar no Pontal, fazendo com que o Estado proponha um planejamento para a elaboração de um zoneamento ecológico - econômico para a região.

Outro fator importante é que a renda obtida pelos assentados, embora ainda seja baixa, os coloca acima da renda média de mais da metade da população rural brasileira. (Fernandes, 2.000 e Leal, 2.000).

A luta pelas terras griladas do Pontal do Paranapanema ainda está muito distante do fim. Há vários acampamentos à espera de soluções. Intensificam-se as ocupações como única forma de acesso à terra. Por outro lado, o MST possui um cadastro com mais de 4.000 famílias. Os movimentos sociais e o Estado têm como preocupações a recuperação das terras (tanto em arrecadá-las dos domínios dos grileiros, quanto em recuperá-las, depois de terem sido intensivamente exploradas sem que houvesse investimentos e manutenção), encerrando esse ciclo da luta pela terra no Pontal. Também, precisam investir no desenvolvimento econômico local, criando uma nova fase na história do Pontal, na qual os coronéis não serão mais os comandantes desse território.

Bibliografia

- ANTÔNIO, Armando Pereira. *Movimento social e organização do espaço rural nos assentamentos populacionais dirigidos pelo Estado: os exemplos da Alta Sorocabana no período de 1960 - 1990*. São Paulo, 1990. Tese (doutorado em Geografia), Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- BERGAMASCO, Sônia Maria P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. *Estudos Avançados* 11 (31): 37-49, 1997.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Reforma Agrária - Compromisso de Todos*. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social, 1997.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo: Brasil, 1997*. Goiânia: CPT, 1998.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo: Brasil, 1998*. Goiânia: CPT, 1999.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: Formação e Territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. A Judicialização da Reforma Agrária. In *Revista Geosp*. Nº 1. São Paulo: Curso de Pós-Graduação em Geografia da USP, 1997.

- FERNANDES, Bernardo Mançano (Coord.). *Plano de desenvolvimento sustentável do assentamento Nova Conquista - Rancharia - SP*. Presidente Prudente, 2000. Convênio Unesp - Incra.
- FIBGE. *Contagem da População - 1996*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1997.
- INCRA/CRUB/UnB. *Relatório Final do I Censo da Reforma Agrária do Brasil*. Brasília, 1996.
- LEAL, Gleison Moreira. *Os Impactos Socioeconômicos dos Assentamentos Rurais do Município de Teodoro Sampaio*. Presidente Prudente, 2.000. (Relatório final CNPq - PIBIC) Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, campus de Presidente Prudente.
- LEITE, José Ferrari. *A ocupação do Pontal do Paranapanema*. Presidente Prudente, 1981. Tese (livre-docência em Geografia), Instituto de Planejamento e Estudos Ambientais, Universidade Estadual Paulista.
- MARIN, Juan Carlos. *Las Tomas (1970/72)*. Santiago: mimeo, 1973.
- MARTINS, José de Souza. *O Cativo da Terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- MELO, Jayro Gonçalves. *Imprensa e Coronelismo. Ideologia e Poder*, nº 1. Presidente Prudente: FCT - Unesp, 1995.
- MELO, Jayro Gonçalves. *A Voz do Povo e a Revolução de 30. Ideologia e Poder*, nº 2. Presidente Prudente: FCT - Unesp, 1997.
- MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. *DATALUTA - PONTAL, 2000*. Relatório preliminar. Presidente Prudente: NERA, 2000.
- PONTIFÍCIO CONSELHO « Justiça e Paz ». *Para uma melhor distribuição da terra*. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana, 1997.
- SEADE. *Perfil Municipal 1980-1991*. São Paulo: Seade, 1993.
- SILVA, José Gomes. *A reforma agrária brasileira na virada do milênio*. Campinas: Associação Brasileira de Reforma Agrária, 1996.
- STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- VASQUES, Antônio Cláudio Branco. *A evolução da ocupação de terras do município de Teodoro Sampaio*. Franca, 1973. Tese (doutorado), Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Franca.